A IMPORTANCIA DA EDUCAÇÃO INCLUSIVA PARA CRIANÇAS COM NECESSIDADES EDUCACIONAIS ESPECIAIS

MARIA DE FATIMA FERREIRA BRAGA

RESUMO
Na educação atual a Inclusão é tema de constantes debates devido ao desafio que representa. Analisando a história da educação brasileira percebemos que a sociedade, de tempos em tempos, apresenta mudanças no seu conjunto de valores, percepções e práticas, ou seja, muda seus paradigmas. Neste trabalho nos propomos a fazer uma breve pesquisa bibliográfica sobre a história da Educação Especial para embasar uma análise da situação da inclusão nas escolas de hoje, destacando os paradigmas: Institucionalização (período em que a sociedade acredita que os deficientes deveriam ficar segregados, internados em instituições), de serviços (período em que a institucionalização total é questionada, repensando-se o papel da instituição enquanto local para preparar o deficiente para a vida em sociedade) e de suporte (as diferenças são consideradas ecológicas, todas as pessoas possuem necessidades especiais e cabe a sociedade se estruturar para oferecer a todos seus cidadãos os meios necessários para que todos tenham acesso aos bens culturalmente produzidos). Objetivamos, a partir de recortes históricos, demonstrar como chegamos até as idéias inclusivas atuais e refletir como está a situação da escola nos tempos de hoje. Concluímos que a inclusão, fruto da mudança de paradigma social, representa avanço no tratamento dispensado ao deficiente e consiste sim num grande desafio para a educação, pois implica numa reestruturação da organização escolar atual que vai muito além da adaptação física ou mesmo curricular, necessitando que se modifique a razão de existir desta instituição, criada inicialmente para legitimar a segregação e que hoje possui a tarefa de acolher em seus bancos todo e qualquer indivíduo, independente de suas características pessoais.

Palavras-chave: Inclusão; Paradigmas; Educação Especial; Escola

ABSTRACT
In current education, Inclusion is a topic of constant debate due to the challenge it represents. Analyzing the history of Brazilian education, we realize that society, from time to time, presents changes in its set of values, perceptions and practices, that is, it changes its paradigms. In this work we propose to carry out a brief bibliographical research on the history of Special Education to support an analysis of the situation of inclusion in today's schools, highlighting the paradigms: Institutionalization (period in which society believes that disabled people should be segregated, hospitalized in institutions), services (a period in which total institutionalization is questioned, rethinking the role of the institution as a place to prepare disabled people for life in society) and support (differences are considered ecological, all people have special needs and it is up to society to structure itself to offer all its citizens the necessary means so that everyone has access to culturally produced goods). We aim, based on historical excerpts, to demonstrate how we arrived at current inclusive ideas and reflect on the situation in schools today. We conclude that inclusion, as a result of the change in social paradigm, represents an advance in the treatment given to people with disabilities and is a great challenge for education, as it implies a restructuring of the current school organization that goes far beyond physical or even curricular adaptation, requiring that the reason for this institution's existence, initially created to legitimize segregation and which today has the task of welcoming any and all individuals, regardless of their personal characteristics, into its banks.

INTRODUÇÃO

Este tema em questão foi escolhido devido à necessidade que tínhamos em nos aprofundar e sobre tudo, entender a importância da Educação Inclusiva para as Crianças com Necessidades Educacionais Especiais. Sabemos que, as crianças possuem uma natureza singular, que as caracterizam como seres que sentem e pensam o mundo de um jeito próprio, ao interagir com pessoas que lhes são próximas e com o meio que a circunda.
Todavia, para melhor compreender os meandros do atendimento de alunos com necessidades educacionais especiais, será necessário

entender que, todas as crianças necessitam de um espaço apropriado para assimilação do conhecimento. Sabemos ainda que esse conhecimento é e será possibilitado devido a interação estabelecidas com outras pessoas. Nesse sentido, a Educação Inclusiva passa a ser de extrema importância para a construção do conhecimento e sobre tudo, para a interação com as diferenças. Diferenças essas que pode ajudar amenizar os problemas em uma sociedade preconceituosa e excludente!
Justificamos este projeto, pelo o fato de que a Educação Inclusiva já estar acontecendo há algum tempo e nesse sentido, o tema em questão nos motivou para que pudéssemos dá continuidade a esta pesquisa a respeito da Educação Inclusiva. O que tem sido feito e o que pensam sobre o assunto. Desejamos então, entender de que forma essa criança será inserida e em que condição será recebida na escola.
Com esta pesquisa queremos nos aprofundar mais no assunto para que haja uma melhor compreensão e desse modo cooperar com aqueles que se sentirem instigados a conhecer mais sobre a Educação Inclusiva.
Resgatar a concepção de criança e história da criança com necessidade especial, desde a idade antiga até a contemporânea, de modo que venha possibilitar o entendimento da Educação Inclusiva e sobre tudo, os benefícios que esta traz à educação e principalmente para uma sociedade excludente.

UM POUCO DA HISTÓRIA DO DEFICIENTE A HISTÓRIA DE SEGREGAÇÃO E OS PRIMEIROS MOVIMENTOS PARA TRATAMENTO DO DEFICIENTE NO MUNDO

Nesta pesquisa poderemos observar como aconteceu a história da educação especial, sobretudo, como se fundamentaram as primeiras impressões da sociedade em relação ao deficiente. Nesse sentido, acreditamos que, quando se pretende conhecer as concepções de uma comunidade sobre pessoas com necessidades educacionais especiais, humanizar tratamentos e promover a inclusão educacional se faz necessário contextualizar historicamente esses tópicos para melhor compreendê-los.
Religião, com toda sua força cultural, ao colocar o homem como imagem e semelhança de Deus, ser perfeito, pregavam a idéia da condição humana como indicação de perfeição física e mental. Aqueles que não tinham a "perfeição" de Deus era considerado sub-humano e posto à margem da sociedade. (MAZZOTA, 2003).
Entre os séculos XVII e XVIII, relata Jimenez (1994) que, os Esquimós, deixavam os velhos e deficientes em locais estratégicos para serem devorados pelos ursos brancos. Como parte de "crendices" algumas tribos indígenas eliminavam os recém-nascidos deficientes e as crianças não desejadas, especialmente as do sexo feminino. Já os velhos e as pessoas que ficassem deficientes eram enterrados vivos, alegando que a terra os protegeria contra tudo de mal. Já entre os hebreus, toda doença crônica ou deficiência simbolizava algum tipo de impureza ou pecado dos seus antecessores.
Observamos que, esses infanticídios que a história nos relata, cometido por algumas civilizações dos séculos passados, infelizmente, ainda nos dias de hoje estes infanticídios acontecem. Sabemos que não é preciso ir muito longe para nos depararmos com crueldades desse tipo. Neste sentido temos o conhecimento que aqui no Brasil o infanticídio faz parte da cultura de alguns indígenas. Algumas ONGs e entidades ligadas aos Direitos Humanos cobram dos Governos uma ação contra a matança de crianças que nascem com algum tipo de deficiência. Essas crianças por conta do que chamam de "cultura" são enterradas vivas. Os governos, por sua vez, dizem nada poder fazer, por se tratar da cultura de um povo.
Ainda no século XVII e XVIII, o descaso para com os deficientes mentais, era algo absurdo! Estes eram internados nas mesmas instituições: orfanatos, manicômios e prisões, onde ficavam juntos com outros excluídos, como: doentes mentais, velhos, pobres e delinquentes. Esse período também é conhecido como fase de exclusão. Uma época em que a pessoa com deficiência não recebia nenhuma atenção educacional e tampouco outros serviços assistenciais. Essas pessoas formavam uma classe de ignorados e de rejeitados. (JIMENEZ, 1994), e que em muitas situações eram até mesmo explorados e perseguidos.
Segundo Jannuzzi (2004), os povos primitivos e até mesmo em estágio mais avançado da civilização, como: os egípcios, gregos e ro-

manos, consideravam as deficiências como manifestações do sobrenatural.

Na história da Educação são significativas as informações sobre o atendimento educacional às pessoas com deficiência, podendo-se constatar que até o século XVIII, segundo Mazzotta (2003), as noções sobre a deficiência eram basicamente ligadas ao misticismo e ocultismo, não havendo base científica para o desenvolvimento de noções da realidade.
[...] a defesa da cidadania e do direito à educação das pessoas portadoras de deficiência é uma atitude muito recente em nossa sociedade. Manifestando-se através de medidas isoladas, de indivíduos ou grupos, a conquista e o reconhecimento de alguns direitos dos portadores de deficiências podem ser identificados como elementos integrantes de políticas sociais, a partir de meados deste século. (p. 15)

AS PRIMEIRAS LEIS EM RELAÇÃO AO DEFICIENTE E/OU EDUCAÇÃO INCLUSIVA
A história nos mostra que existem pessoas diferentes desde os tempos mais remotos da civilização, mas são poucos os relatos escritos a respeito dessas pessoas. Na Antigüidade havia duas posturas em relação às pessoas doentes, idosas ou deficientes: uma postura era de aceitação, tolerância; outra, majoritária, que optava pela eliminação, menosprezo ou destruição. Esse período é caracterizado pela ignorância e não aceitação do ser deficiente. (JIMENÈZ, 1994).
Com o Renascimento, quando a cultura e os valores se voltaram para o homem, ocorre a mudança dessa fase de ignorância e rejeição do indivíduo deficiente e começa a falar em direitos e deveres dos deficientes. O Renascimento foi um movimento que caracterizou os séculos XV e, principalmente, XVI e tinha valores contrários aos que vigoravam na Idade Média. A partir do período renascentista, segundo Jimenèz (1994) surgem alguns interesses em relação aos deficientes.
Atualmente pode parecer óbvio afirmar que a pessoa com necessidades educacionais especiais tem direito à educação, porém historicamente esses sujeitos sempre foram vítimas de preconceitos, abandono e descaso por parte do Estado. Apesar da primeira Constituição brasileira, de 1824, alegar que a educação era um direito de todo cidadão, (somente os homens eram considerados cidadãos), independente de sua condição civil e política, isentava as pessoas com necessidades educacionais especiais das obrigações políticas (JANNUZZI, 2004).

Nesse sentido e para entendermos melhor a transformação dentro da educação do deficiente ou Educação Especial é necessário que façamos um breve relato das mudanças e/ou leis rumo à Educação Especial.
Após a II Guerra Mundial instala-se um campo fértil para discussão dos direitos que garantissem igualdade e fraternidade entre os seres humanos. Para isso, foram elaborados documentos e pela sua importância pode-se citar a Declaração Universal dos Direitos Humanos (1948). Que em seus artigos 1° e 2°, enfatiza que:

(...) todos os seres humanos nascem livres e iguais em dignidade e direito, sem distinção alguma, de raça, de cor, de sexo, de língua, de religião, de opinião política ou outra, de origem nacional ou social de fortuna, de nascimento ou de qualquer outra situação, assegurando as pessoas com deficiência os mesmos direitos à liberdade, a sua vida digna, a educação fundamental, ao desenvolvimento pessoal e social e a livre participação na vida da comunidade.

O que podemos observar é que a Declaração Universal dos Direitos Humanos (1948), ao destacar estes princípios, propôs uma abordagem positiva da diversidade humana, no sentido de superar os estereótipos que estão associados aos indivíduos com necessidades educacionais especiais.
Com a promulgação da Lei número 4024 de 20/12/61, as Diretrizes e Bases da Educação Nacional foram fixadas e nesse texto encontramos dois artigos dedicados ao atendimento educacional especial. O direito à educação estava garantido aos excepcionais, mas o processo educativo devia enquadrar-se no sistema geral de educação, a fim de contribuir par a integração desses indivíduos na comunidade (MAZZOTTA, 2003).
Este mesmo autor ressalta em suas pesquisas e publicações que desde a primeira Lei de Diretrizes e Bases da Educação, afirmava-se o

direito a educação de pessoas portadoras de necessidades especiais a fim de integrá-las ao sistema geral de educação, ou seja, ao ensino regular. Esta lei inspirou-se nos ideais liberais e no apoio à iniciativa privada, bem como apresentar fins genéricos para a educação, avançar em relação à educação especial, sendo considerada a primeira lei brasileira que trata claramente sobre o assunto.]
Nesse sentido, novas propostas educacionais, se fortaleceram juntamente com os movimentos de direitos civis de minorias e grupos marginalizados. Esses movimentos organizados exigiam do governo, respostas a suas reivindicações. Como consequência, em 1971, o Ministério de Educação e Cultura resolveu, por meio da Portaria nº 86 criar o Grupo Tarefa Educação Especial, "[...] com vistas a implantar uma sistemática de trabalho educacional dirigida aos excepcionais, em todas as suas formas, em todo o território brasileiro" (BRASIL, 2000c, p. 33).
Já em 11 de agosto de 1971, promulgou-se a Lei de Diretrizes e Bases para o Ensino de 1º e 2º graus (Lei nº 5.692/71), que contemplou a temática da educação especial com apenas um artigo:
Art. 9º - Os alunos que apresentam deficiências físicas ou mentais, os que se encontram em atraso considerável quanto à idade regular de matrícula e os superdotados deverão receber tratamento especial, de acordo com as normas fixadas pelos competentes Conselhos de Educação.

Com a Constituição de 1988 obteve-se grandes avanços com relação ao direito a educação. Primeiramente, o direito à igualdade, (art. 5º): "somos todos iguais perante a lei sem nenhuma distinção de qualquer natureza", incluindo aí as necessidades especiais. Em seguida, assegurado o direito de educação para todos, garantido no artigo 205:
"A educação, direito de todos e dever do Estado e da família, será promovida e incentivada com a colaboração da sociedade, visando ao pleno desenvolvimento da pessoa, seu preparo para o exercício da cidadania e sua qualificação para o trabalho" (BRASIL, 1988, p.132).

A Constituição Federal de 1988, fundamentada nos princípios da dignidade humana, reconhece a educação como um direito de todos, independente da idade, integridade física ou mental, sexo e cor, tendo como responsáveis pelo seu provimento o Estado, a família e a sociedade. Esta mesma Constituição ainda apresenta, no seu artigo 208, inciso III, "atendimento educacional especializado aos portadores de deficiência, preferencialmente na rede regular de ensino" (BRASIL, 1988, p.133).

REDEFINIÇÕES A RESPEITO DA EDUCAÇÃO INCLUSIVA
É importante destacar que, em relação à inclusão, dois eventos foram mundialmente significativos e pode ser considerado marcos dessa proposta, pois trataram de questões referentes à viabilização de educação para todos. Esses eventos foram "A Conferência Mundial sobre Educação para Todos", realizada em Jontiem, na Tailândia em 1990, que busca garantir a igualdade de acesso à educação a pessoas com qualquer tipo de limitação, e "A Conferência Mundial sobre Educação Especial", ocorrida em Salamanca, na Espanha, em 1994. Nessa conferência, foi elaborado o documento "Declaração de Salamanca e Linha de Ação sobre Necessidades Educativas Especiais", que "inspirada na igualdade de valor entre as pessoas, propõe ações a serem assumidas pelos governos em atenção às diferenças individuais" (CARVALHO, 2000).
O Brasil também participou da Conferência Mundial sobre Educação para Todos, a partir da qual se estabeleceu os primeiros ensaios da política de educação inclusiva. Independentemente de suas diferenças particulares. É reforçado pelas diversas declarações das Nações Unidas, que culminaram na Declaração de Igualdade de Oportunidades para as Pessoas com Deficiência, assinado em 1993 e publicado em 1994, garantindo que a educação de pessoas deficientes seja parte integrante do sistema educativo.

A conferência de Salamanca marcou um novo ponto de partida para milhões de crianças privadas de educação. Ela forneceu uma oportunidade única de colocação da educação para necessidades especiais dentro da estrutura mais ampla do movimento de Educação para Todos, lançado em Jomtiem, Tailândia, em 1990, e ela veio a um tempo em que os líderes mundiais e o sistema das Nações Unidas estavam adotando uma nova visão e dando

seus primeiros passos em direção à sua realização. (UNESCO, 1994, p. 15).

A partir da Declaração de Salamanca (1994) o Brasil oficializou a discussão de idéias diferentes. Este documento traz uma visão nova de educação especial, pois possui uma outra concepção de criança. Acredita e proclama que todas as crianças possuem suas características, seus interesses, habilidades e necessidades que são únicas e, portanto, tem direito à educação e à oportunidade de atingir e manter o nível adequado de aprendizagem e, "aqueles com necessidades educacionais especiais devem ter acesso à escola regular, que deveria acomodá-los dentro de uma pedagogia centrada na criança, capaz de satisfazer a tais necessidades" (SALAMANCA, 1994, p 1 e 2).
A Declaração de Salamanca, 1994, veio propagar o conceito de inclusão no contexto da educação comum, que teve sua origem na Conferência Mundial sobre Educação para Todos, 1990. Em muitos trechos da Declaração de Salamanca (1994) é mencionado o conceito de inclusão, como:
... Parte do princípio de que todas as diferenças humanas são normais e de que a aprendizagem deve, portanto, ajustar-se às necessidades de cada criança, em vez de cada criança se adaptar aos supostos princípios quanto ao ritmo e à natureza do processo educativo. Uma pedagogia centralizada na criança é positiva para todos os alunos e, consequentemente, para toda a sociedade. (p. 18).

O princípio da integração, muito estudado por décadas, abrange todo o processo educativo. Integrar não é apenas colocar a pessoa com necessidades educacionais especiais em qualquer grupo, consiste na aceitação naquele que se insere. O ideal de integração ocorre em níveis progressivos desde a aproximação física, funcional e social até a institucional.
Hoje podemos observar que o Brasil possui um conjunto de leis muito importante para que as diferenças individuais sejam valorizadas e respeitadas no princípio da individualização. Individualizar o ensino significa atender às necessidades de cada um, dar o que cada um precisa para seu desenvolvimento pleno. A individualização pressupõe, portanto, a adequação do atendimento educacional a cada um, respeitando seu ritmo e características pessoais.
Procuramos aqui não colocarmos todas as leis e sim àquelas que serviram para elencar tudo que hoje existe em relação à Educação Inclusiva. Mas, no entanto, podemos observar que, o termo "escola para todos" previsto na Declaração de Salamanca, em que se idealiza o respeito às diversidades, é uma realidade exposta ainda apenas no papel, uma vez que, sem nem mesmo mencionar a inserção de educandos com necessidades educacionais especiais, a escola já vive uma pedagogia de exclusão, visto que o processo educacional como um todo é um reforçador das desigualdades sociais. Portanto, antes mesmo de se falar em educação inclusiva de qualidade para todos é necessário que se reflita e se reorganize o sistema educacional vigente, estabelecendo mudanças de mentalidade, de posturas, de atitudes, de organizações de espaços e sobretudo, das práticas pedagógicas.

A EDUCAÇÃO INCLUSIVA EM SEU CONTEXTO GERAL
CONTEXTUALIZANDO A EDUCAÇÃO ESPECIAL
Hoje, quando se fala em educação especial algumas palavras como: Exclusão, Integração e Inclusão compõem de forma contundente os diversos discursos, principalmente dos estudiosos. Excluir significa afastar, eliminar ou desviar. Integrar significa formar, coordenar ou combinar num todo unificado. Incluir significa abranger, envolver, introduzir, fazer parte. Esta última tem uma representação muito importante no atual contexto, pois exprime o desejo de união, conciliação, compreensão e respeito entre pessoas diferentes.
Podemos dizer que ficou assegurado pela Constituição Brasileira (1988) o direito de todos à educação, garantindo, assim, o atendimento educacional de pessoas que apresentam necessidades educacionais especiais. Nesse sentido, com o intuito de reforçar a obrigação do país em prover a educação, é publicada, em dezembro de 1996, a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional 9.394/96. Essa lei expressa em seu conteúdo alguns avanços significativos. Podemos citar a extensão da oferta da educação especial na faixa etária de zero a seis anos. a idéia de melhoria da qualidade dos serviços educacionais para os alunos e a necessidade de o profes-

sor estar preparado e com recursos adequados de forma a compreender e atender à diversidade dos alunos. Constatamos que o capítulo V dessa lei trata especificamente da Educação Especial, expressando no artigo 58 que a educação especial deve ser oferecida preferencialmente na rede regular de ensino e, quando necessário, deve haver serviços de apoio especializado.

Sassaki (1997) afirma que em uma sociedade são observadas diversas fases no que se refere às práticas sociais: exclusão social, atendimento segregativo, integração e inclusão social; essas podem ocorrer simultaneamente. Diante dessa afirmação e analisando o contexto atual ainda é comum nesse período de transição de paradigmas, encontrar práticas sociais excludentes. Portanto, de suma importância nesse novo momento, ou seja, do paradigma da inclusão, respeito à diversidade que caracteriza o reconhecimento às diferenças e assegura à pessoa com deficiência o respeito a seus direitos.

A integração assim como modelo médico da deficiência procura tornar a pessoa "melhorada" para poder participar da sociedade. Segundo Sassaki (1997), por essa prática, o indivíduo deveria ser preparado para adaptar-se ao convívio social geral e retirado desse convívio caso não houvesse adequação nessa inserção. Nesse sentido, alguns alunos com deficiência começaram participando de classes especiais em escolas comuns, compartilhando o convívio geral apenas em algumas atividades extras - curriculares.

No processo de integração o atendimento a pessoa portadora de deficiência era efetivado através do chamado "Sistema de Cascata", esse sistema partia de uma hierarquia de serviços do mais segregados ao menos segregados, sistematizando os níveis de integração, especificando cada nível de acordo com as necessidades da pessoa com deficiência.

Dentro dessa prática de integração a Educação Especial oferecia vários tipos de serviço e modalidades de atendimento como: O Ensino Itinerante, Sala de Recurso, Classe Especial, Escola Especial, Ensino Hospitalar e Domiciliar.

De acordo com Sassaki (1997), a integração tinha como mérito o de inserir o portador de deficiência na sociedade, mas desde que ele estivesse de alguma forma capacitada a superar barreiras físicas, programáticas e atitudinais nela existente.

Analisando o percurso histórico até a integração, podemos afirmar que esta surgiu para abolir a pratica da exclusão social a que foram submetidas às pessoas com deficiência por vários séculos.

À luz do século XXI não cabe mais discriminar ou excluir. Atitudes como estas se tornam desajustadas. Porém, é preciso lembrar que foi a partir da reflexão sobre fatos historicamente condenáveis que percebeu-se a evolução de conceitos e condutas acerca das pessoas com deficiência.

OS PRIMEIROS PASSOS RUMO AO ATENDIMENTO AOS DEFICIENTES

Muitos dos mitos, dos estereótipos e das práticas desenvolvidas hoje em dia no que diz respeito às pessoas com necessidades educacionais especiais se fundamentam nas primeiras impressões da sociedade em relação a essas pessoas. Nesse sentido, acreditamos que quando se pretende conhecer concepções de uma comunidade sobre pessoas com necessidades educacionais especiais, humanizar tratamentos e promover a inclusão educacional se faz necessário contextualizar historicamente esses tópicos para melhor compreendê-los.

Ao longo da história da humanidade, podemos observar que as concepções sobre a deficiência foram evoluindo "conforme as crenças, valores culturais, concepção de homem e transformações sociais que ocorreram nos diferentes momentos históricos" (BRASIL, 2001d, p.25).

Estudos mostram que até o século XVIII poucos eram os conhecimentos sobre as deficiências, sendo esse pouco quase sempre ligado ao misticismo e/ou ocultismo, o que contribuiu para a segregação dos deficientes. Segundo Mazzotta (2003).

> [...] a defesa da cidadania e do direito à educação das pessoas portadoras de deficiência é uma atitude muito recente em nossa sociedade. Manifestando-se através de medidas isoladas, de indivíduos ou grupos, a conquista e o reconhecimento de alguns direitos dos portadores de deficiências podem ser identificados como elementos integrantes de políticas sociais, a partir de meados deste século. (p. 15)

No início do século XIX era comum, conforme relatos de Jannuzzi, (2004) o abandono de crianças com deficiências físicas ou mentais pelas ruas. As instituições eram vinculadas a hospitais e sanatórios e pareciam ser destinadas aos indivíduos com níveis mais graves, cujas incapacidades generalizadas eram de maior visibilidade. Essas instituições, embora funcionassem precariamente, ofereciam abrigo e alimentação aos deficientes, mas reforçavam a exclusão pelo afastamento do indivíduo da sociedade.

ANALISANDO A SITUAÇÃO DA ESCOLA ATUAL EM RELAÇÃO À EDUCAÇÃO INCLUSIVA

Hoje encontramos uma escola que ainda está muito atravessada pelas idéias psicológicas. Sonhamos com a escola que poderá ensinar a todos os alunos, que conseguirá controlar a aprendizagem de seus pupilos, que será capaz de transformar a todos em adultos felizes, capazes, sadios e sobretudo, cidadãos ou seja, os mesmos ideais da década de 30. Porém, nos deparamos com a demanda da inclusão: absorver aqueles que historicamente foram criados para não estar na escola - a criança especial. É a negação da própria instituição. Em um contexto geral os professores confirmam essa negação. Muitos se questionam sobre o aproveitamento dos deficientes numa sala regular, outros afirmam que eles vão prejudicar a aprendizagem dos demais, alguns se sentem despreparados, amedrontados e até mesmo inseguros! Essas situações estão justificadas historicamente, são procedentes, mas questionáveis

Nesse sentido, observamos que, não há questionamentos sobre a relevância da proposta de inclusão de alunos com necessidades educacionais especiais em classes comuns. Mas quando nos deparamos com a realidade das escolas, percebemos que, na maioria dos casos, a inclusão é mais física – o aluno está matriculado na turma – mas não está de fato incluído no processo de aprendizagem. Ou seja, a intenção é uma, e a prática é outra. Bueno (1993, p.56) acredita que apesar da proposta da Educação Inclusiva aparentemente ter como base estes mesmos ideais, "isto é somente aparência, pois se o norte é a educação inclusiva como meta a ser alcançada, isto significa que a projeção política que se faz do futuro é de continuarem a existir alunos excluídos, que deverão receber atenção especial para deixarem de sê-lo". Nessa direção, ao invés de construirmos uma política realmente democrática, com uma escola de qualidade que incorpore verdadeiramente todas as pessoas, estamos colocando como meta o "inatingível" em uma sociedade excludente.

No entanto, quando discutimos inclusão educacional temos que partir do princípio que cada indivíduo tem suas potencialidades e necessidades, que todas devem ser respeitadas para que, assim, todos os alunos consigam caminhar progressivamente num processo de ensino aprendizagem. E aí é que está o grande desafio! Pois como fazer para que todos consigam caminhar juntos apesar de tantas diferenças?

No entanto, é interessante considerar que os serviços especializados e o atendimento das necessidades específicas dos alunos garantidos pelas leis estão muito longe de serem alcançados. Acreditamos que, ainda existe no interior da escola, a carência de recursos pedagógicos e a fragilidade da formação dos professores para lidar com essa clientela.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Com esta pesquisa pode-se observar a trajetória do deficiente ao longo da nossa história e a forma de tratamento que lhes foi dispensada. Ou seja, quase nenhuma! Mais, especificamente se tratando da história da educação brasileira pode-se observar ainda que esta passou pelos paradigmas da institucionalização no período imperial, onde os cegos, os surdos e os deficientes mentais mais comprometidos ficavam segregados da sociedade. Uma vez que esta sociedade estava muito preocupada com a eugenia da raça, acreditando que os "anormais", ou seja, aqueles que não conseguiam se adequar às normas escolares deveriam receber educação separados dos "normais", para evitar que os primeiros atrapalhassem a educação dos últimos. As instituições, antes locais de confinamento, passam a ser responsáveis pela educação dos deficientes, objetivando que estes venham adquirir condições de viver entre os "normais". A história nos mostra que, a pessoa com necessidades educacionais especiais tem causado inquietação na sociedade, sociedade essa que, as tratou de formas diferente. Todavia, é importante salientar que as formas de

tratamento são resultado da concepção de mundo, de homem e de sociedade de cada período.

Atualmente, existem amparos legais para que as pessoas com necessidades especiais tenham acesso a saúde, educação e ao trabalho, mas é preciso discutir ainda forma para acessar essas necessidades básicas do homem. Nos últimos anos na tentativa de incluir todos os alunos no ensino regular, muitas discussões estão sendo realizadas, especialmente, no que se refere ao local que essas pessoas deveriam estudar. Precisamos continuar a discussão, afinal, as crianças com necessidades educacionais especiais deverão estudar nas escolas de ensino regular. A lei lhes garante isso!

Aprofundando-nos mais ainda na história da educação especial, percebe-se que homens e mulheres, dentro das condições de vida existentes, e não dentro das condições que pensávamos ser adequadas, realizaram grandes obras. Embora, sejam notórios os avanços em relação às últimas décadas no que diz respeito aos direitos educacionais da pessoa com deficiência, ainda existe uma grande lacuna entre as diretrizes legais existentes e a efetivação do acesso e permanência dos alunos com necessidades educativas especiais.

Contudo, pode-se entender que, os princípios de inclusão nada mais são que princípios da democracia. E não existe democracia sem educação, e tampouco educação sem democracia. Os direitos das pessoas com deficiência estão explicitados na Constituição Brasileira, proclamados e assegurados também em outros textos legais. Nesse sentido, as pessoas devem ser percebidas com igualdade, implicando assim no reconhecimento e atendimento de suas necessidades específicas.

Diante de tudo isso, inaugura-se, com o novo milênio, a era da diversidade na qual não cabe mais discriminar e excluir, mas sim abrir o coração e a mente para o novo e para o diferente, pois, afinal: quem é igual? O reconhecimento e a inclusão de pessoas deficientes representam um avanço significativo para a instauração de uma sociedade plenamente democrática.

Contudo, nos encontramos divididos entre as ideias da integração e da inclusão, ou seja, estamos abandonando as formações de classes homogêneas, estamos às voltas com as diferenças, tentamos acolher os alunos deficientes, mas não sabemos ainda de que maneira iremos fazê-lo! É preciso que vejamos o aluno como um todo, buscando perceber suas habilidades e capacidades.

Nesse sentido, havemos de resgatar a função da escola enquanto meio primordial de difusão de conhecimentos científicos, culturais e assumir a tarefa de ensinar os alunos a lidar com esses conhecimentos para se expressarem através deles, aceitando que não conseguiremos abarcar todo o desenvolvimento dos alunos. Quando se alarga demais os objetivos da escola corre-se o risco de não ensinar nada.

Além do mais, a inclusão pede que a escola repense a função que tem tentado desenvolver, pois adaptações físicas e curriculares são importantes, mas por si só não garantirão a aprendizagem dos alunos deficientes. Esse objetivo exige que reformulemos os processos de ensino, buscando esclarecer o que queremos de fato com esses alunos. Nesse sentido, podendo perceber como aprendem, como apreendem o mundo a sua volta, como se relacionam com ele e com as pessoas e como podemos contribuir para seu desenvolvimento, considerando que possui sim suas diferenças, suas particularidades, mas que estas não são impedimento para sua escolarização.

Contudo, para que a inclusão escolar possa ser bem-sucedida é necessário que os alunos possam vivenciar situações que proporcionem níveis máximos de aprendizagem e desenvolvimento. No entanto, o que presenciamos nas escolas, evidenciam que, muitas vezes a instituição escolar está deixando de cumprir com seu compromisso político, visto que muitos ainda vivenciam experiências de fracasso na escola regular. Diante disso, devemos nos ater para a questão de como prover uma organização escolar que de fato responda às necessidades diferenciadas de ensino-aprendizagem de todos os alunos.

Conclui-se que, o paradigma da inclusão é recente em nossa sociedade. Como qualquer situação nova, incomoda, provoca resistências, desperta simpatia e também críticas, mas é necessário e urgente que todos os atores envolvidos no contexto educacional compreendam melhor as complexidades do cotidiano da sala de aula, especialmente quando se